RESOLUÇÃO Nº 343 DE 16 DE MAIO DE 2.022

OUTORGA PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, EM CARATER PRECARIO E POR TEMPO DETERMINADO, PARA O FIM QUE ESPECIFICA

CREUSA MARIA DE CASTILHO NOSSA, PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS POR LEI;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 106 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 4.406 de 23 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Processo Administrativo nº 3066/2022

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica permitido à empresa **FRANCIELE SILVA FERNANDES 40762810807, CNPJ Nº 37.935.677/0001-21**, com nome fantasia **“PARANA EVENTOS E ESTACIONAMENTOS**, o uso, em caráter precário e por prazo determinado de 05 (cinco) anos, a contar da data de publicação da presente permissão, do Terreno designado de área D situado no lado ímpar da Avenida Theotônio Vilela”: localizado no perímetro urbano desta cidade com área de 76.566,23 m2, dentro das seguintes divisas, medidas e confrontações: inicia-se na confrontação do mesmo com a Área da Fundação Pio XII (matrícula 35.192) a partir do marco M-5; daí, segue confrontando com a referida Avenida Theotônio Vilela, medindo 214,18 metros e rumo de 04º58'36” NW até o marco 1; deflete à direita e segue confrontando com a referida avenida medindo 149,68 metros e rumo 01º 34' 59” NE, até o marco 2; daí, deflete à esquerda e segue confrontando com área remanescente, designada de parte B medindo 248,13 metros no rumo de 81º 59' 47” SW até o marco 2-A; daí, deflete à direita e segue confrontando com a área remanescente, designada de parte C medindo 359,97 metros e rumo de 07º 35' 36” SE até o marco M-4; daí, deflete à esquerda e segue confrontando com a propriedade da Fundação Pio XII (matrícula 35.192) medindo 200,48 metros e rumo de SW 82º 25' 46” NE até o marco M-5, ponto onde teve início essa descrição, ou seja, terreno localizado ao lado do Parque de Feiras, Exposições e Lazer “Dr. Percy Waldir Semeghini”, **para uso comercial**, tais como estacionamento de veículos (uma vez que existe uma festa tradicional na cidade denominada “EXPO” ao lado desta área), podendo também ser explorada por várias práticas esportivas como ciclismo, motociclismo, inclusive pastagem para equinos e bovinos.

§ 1º - Não será permitida a construção em alvenaria, devendo, ainda, atender as exigências legais da Lei de Zoneamento, Código de

Postura e Código Tributário do Município e de Vigilância Sanitária, para a emissão do respectivo Alvará de funcionamento, sob pena de revogação, a qualquer momento, da permissão ora concedida.

§ 2º - O Instituto de Previdência Municipal de Fernandópolis não é responsável pela emissão do Alvará de Funcionamento, cabendo a PERMISSIONÁRIA proceder a todas as medidas necessárias e cabíveis para o respectivo Alvará de Funcionamento, a ser concedido pela Prefeitura Municipal de Fernandópolis.

§ 3º A PERMISSIONÁRIA está ciente do artigo 10, parágrafo único da Lei nº 4.127 de 26 de novembro de 2.013.

Artigo 2º - A permissão de uso do espaço público, de que trata a presente Resolução, é outorgada, sem quaisquer ônus ao erário do Instituto, condicionada ao atendimento das finalidades, especificações e exigências constantes do Processo Administrativo nº 3066/2022.

§ 1º - Fica proibida a modificação do uso a que se destina, sem a expressa e estrita concordância do Instituto.

§ 2º - Fica, ainda, subordinada a presente permissão, às exigências previstas na Lei Municipal nº 4.406 de 23 de outubro de 2015 e alterações.

Artigo 3º - A presente Permissão de Uso é celebrada a **título oneroso**, ficando a permissionária obrigada ao pagamento dos tributos e tarifas inerentes ao desenvolvimento da atividade e ocupação do solo, bem como os encargos de instalação, manutenção, conservação, reparos e limpeza de suas dependências.

§ 1º - A permissionária fica obrigada ao pagamento do preço público durante o período da permissão no valor de R\$ 1.010,00 (um mil e dez reais), até o 15º dia de cada mês, conforme proposta apresentada pela requerente, que poderá ser reajustado, anualmente, pelo índice INPC/IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, caso seja este extinto.

§ 2º - O valor mensal proposto será pago mensalmente, até o 15º dia de cada mês, durante o período de permissão, mediante PIX (chave CNPJ 65.711.285/0001-14) ou depósito na conta corrente (Banco Itaú 341, agência 0235, conta corrente 44483-3).

§ 3º - Fica obrigada a PERMISSIONÁRIA, a promover a instalação de um padrão de energia elétrica, caso necessite, bem como promover a manutenção e conservação do terreno, dando a ele um aspecto visual adequado e ainda recolher todo o lixo produzido no local, sendo responsável pelos danos ou prejuízos que nele venha a causar ou permitir.

§ 4º - As despesas de que trata o parágrafo anterior serão suportadas única e exclusivamente pela PERMISSONÁRIA, bem como o consumo mensal de energia elétrica, caso a Permissionária providencie a instalação do padrão de energia elétrica.

§ 5º A PERMISSONÁRIA, não poderá ceder ou transferir a terceiros o bem imóvel objeto da presente permissão de uso, sem prévio e expresso consentimento da Permitente.

§ 6º - Empreender benfeitorias ou construções, de qualquer natureza, somente com autorização expressa do Instituto de Previdência Municipal de Fernandópolis, ficando ciente de que estas serão automaticamente incorporadas ao patrimônio público do Instituto, sem direito a qualquer espécie de indenização, seja a que título for, ao final da permissão;

Artigo 4º - Constituem obrigações da PERMISSONÁRIA, dentre outras:

a) Pagamento mensal, até o 15º dia de cada mês, do valor fixado para utilização do terreno;

b) Pagamento de taxas, bem como, todas e quaisquer despesas de serviços públicos, inclusive tributárias, que incidirem sobre o imóvel, além de realizar todas obras e benfeitorias necessárias para manter em perfeitas condições de uso durante todo o período que permanecer usando o mesmo.

b.1) As obras e benfeitorias necessárias, úteis e/ou voluptuárias deverão ser aprovadas pelo Instituto antes da sua execução.

c) A responsabilidade civil e criminal, por danos e prejuízos que eventualmente venha a causar a terceiros em decorrência da outorga, excluindo qualquer forma de responsabilidade do Instituto de Previdência Municipal de Fernandópolis.

d) Responsabilidade decorrente da legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, em decorrência da outorga.

e) Evitar quaisquer causas de poluição, atendendo a todas as normas de proteção ambiental, mesmo em caso de ampliação e/ou desenvolvimento das atividades.

Artigo 5º - Sujeitará a PERMISSONÁRIA às penalidades e sanções a saber:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, até o trigésimo dia, para a início da atividade e/ou seu desenvolvimento, incidente sobre o valor mensal, limitados à 30 (trinta) dias.

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Termo de Permissão de Uso, quando decorridos 30 (trinta) dias ou mais de atraso, ou por descumprimento total ou parcial do contrato.

c) As multas de que tratam os subitens anteriores somente poderão ser relevadas quando os fatos geradores das penalidades decorram de caso fortuito ou força maior, que independa da vontade do Permissionário e, quando aceitos, justifiquem o atraso.

Artigo 6º - A infração a qualquer condição ou obrigação acarretará a sua imediata rescisão de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

§ 1º - O Termo de Permissão poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito do Instituto de Previdência Municipal de Fernandópolis, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Qualquer das partes signatárias

§ 2º - O Termo de Permissão poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no Processo de Chamamento, desde que haja conveniência para a Administração; precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§ 3º - Também será caso de rescisão imediata a superveniência de Lei Federal, Estadual, ou Municipal proibindo que se dê à área ora permitida a destinação que lhe deu causa ou a adoção de postura pelo Governo Municipal que contrarie os objetivos traçados pela presente Permissão de Uso.

§ 4º - O Termo de Permissão poderá ser rescindido também de forma judicial, nos termos da Legislação;

Artigo 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Fernandópolis, 16 de Maio de 2022.

**- CREUSA MARIA DE CASTILHO NOSSA -
Presidente - IPREM**

Registrada no livro próprio de Resoluções e publicado na Imprensa Oficial do Instituto de Previdência Municipal de Fernandópolis, bem como por afixação na sede do Instituto, em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

**- ALESSANDRA SOARES ZANARDI -
Agente Financeiro e RH Previdenciário**